3.4 — A assinatura de correspondência decorrente das competências agora delegadas, bem como outra necessária à instrução dos processos da responsabilidade da respetiva unidade orgânica, com exceção da dirigida aos Gabinetes dos Membros do Governo, demais Órgãos de Soberania, a Órgãos Autárquicos e a dirigentes superiores de entidades publicas e privadas;

4 — No Diretor de Serviços de Desenvolvimento Regional, Joaquim Odílio Godinho Fialho, delego:

A assinatura de correspondência necessária à instrução dos processos, desde que não seja vinculativa de posição da CCDR Alentejo e com exceção da dirigida aos Gabinetes dos Membros do Governo, demais Órgãos de Soberania, a Órgãos Autárquicos e a dirigentes superiores de entidades publicas e privadas;

5 — No Chefe de Divisão de Cooperação Inter-regional, Paulo Alves Pereira Silva, delego:

A assinatura de correspondência necessária à instrução dos processos, desde que não seja vinculativa de posição da CCDR Alentejo e com exceção da dirigida aos Gabinetes dos Membros do Governo, demais Órgãos de Soberania, a Órgãos Autárquicos e a dirigentes superiores de entidades publicas e privadas;

6 — Na responsável pelo Gabinete de Comunicação, delego:

A assinatura de correspondência necessária à instrução dos processos, desde que não seja vinculativa de posição da CCDR Alentejo e com exceção da dirigida aos Gabinetes dos Membros do Governo, demais Órgãos de Soberania, a Órgãos Autárquicos e a dirigentes superiores de entidades publicas e privadas;

7 — Delego ainda em todos os responsáveis por serviços da CCDR Alentejo a competência para autorizar deslocações em serviço dentro do território nacional, em qualquer meio de transporte, com exceção de meio aéreo e viatura própria, relativamente aos trabalhadores e dirigentes intermédios de 2.º grau que integrem a respetiva unidade orgânica.

O presente despacho entra em vigor no dia 23 de julho de 2018 e revoga os seguintes despachos:

Despacho (extrato) n.º 10012/2015, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172 de 3 de setembro de 2015;

Despacho (extrato) n.º 9561/2015 de 07 de agosto, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164 de 24 de agosto de 2015;

Despacho (extrato) n.º 9393/2016, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140 de 22 de julho de 2016;

Despacho (extrato) n.º 9392/2016, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140 de 22 de julho de 2016;

Despacho (extrato) n.º 9390/2016, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140 de 22 de julho de 2016;

Despacho (extrato) n.º 9391/2016, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140 de 22 de julho de 2016;

Despacho (extrato) n.º 6091/2017, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132 de 11 de julho de 2017;

Ponto 2.9 do Despacho n.º 2959/2018, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58 de 22 de março de 2018.

20 de julho de 2018. — O Presidente, *Roberto Pereira Grilo*.
311607246

Despacho n.º 8592/2018

Equipa de Competitividade e Internacionalização

Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, 12 de setembro, a Autoridade de Gestão dos PO Regionais do continente é integrada pela Comissão Diretiva e pelo secretariado técnico.

Nos termos do n.º 4 e 5 do mapa IX da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, prevê-se que o secretariado técnico do PO Regional do Alentejo, designado de Alentejo 2020, passa a integrar um máximo de 55 elementos, podendo constituir, em simultâneo, um máximo de quatro equipas de projeto de cariz temporário, lideradas por coordenadores de projeto.

Assim, no uso das competências conferidas pelo n.º 15 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, e com o objetivo de garantir uma gestão e execução mais eficazes e eficientes do Alentejo 2020, determino:

1 — Para operacionalizar e articular no âmbito da Unidade de Competitividade, Internacionalização e Emprego (UCIE), é criada como parte integrante do secretariado técnico a equipa de projeto de Competitividade e Internacionalização.

2 — Para a execução dos objetivos definidos no número anterior incumbem à equipa:

a) O apoio à coordenação das relações com os OI, nos seus diferentes aspetos, no âmbito da execução dos Contratos de Delegação de Competências;

b) O apoio à monitorização de resultados e metas dos eixos e tipologias integrados na UCIE;

c) O apoio à gestão da supervisão dos eixos e tipologias integrados na UCIE.

3 — A equipa de projeto tem a duração de três anos, renováveis, tendo como limite máximo o encerramento do PO Regional do Alentejo.

4 — A equipa de projeto é coordenada pela licenciada Licínia Maria Craveiro Serôdio, contratada para o secretariado técnico do Alentejo 2020.

5 — O exercício das funções de coordenação é remunerado pelo montante equivalente ao vencimento de dirigente intermédio de 1.º grau, acrescido de despesas de representação pelo montante fixado para aquele cargo de dirigente, com as atualizações previstas para a Administração Pública.

6 — A licenciada Licínia Maria Craveiro Serôdio mantém a situação remuneratória descrita no número anterior, enquanto desempenhar estas funções, regressando após o seu termo, à situação funcional que detinha à data do presente Despacho.

7 — O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de agosto de 2018.

2 de agosto de 2018. — O Presidente, *Roberto Pereira Grilo*.
311607335

ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Despacho n.º 8593/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a Mestre Patrícia Isabel Matias Corigo, do mapa de pessoal da Agência para a Energia (ADENE), para prestar assessoria e apoio técnico nos processos da área da sua experiência e especialidade no meu gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos, incluindo despesas de representação, sendo os encargos com a remuneração da mesma assegurados pelo serviço de origem e a diferença assegurada pelo orçamento do meu gabinete, nos termos previstos nos n.ºs 12 e 13 no mesmo artigo.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 22 de agosto de 2018.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

23 de agosto de 2018. — O Secretário de Estado da Energia, *Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Patrícia Isabel Matias Corigo

Ano de nascimento: 1973

I — Habilitações académicas:

Licenciatura (pré-Bolonha) em Engenharia do Ambiente (1991-1996).

Mestrado em Engenharia do Ambiente — Perfil Engenharia de Sistemas Ambientais pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (2016-2017).

Pós-graduação em Gestão de Sistemas Ambientais pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (parte letiva do Mestrado, 2003-2004)

Formação Complementar relevante: Formação Pedagógica Inicial de Formadores (Certificado IIEFP n.º F651635/2017)

II — Experiência Profissional:

Apoio técnico à coordenação da negociação do Pacote Energias Limpas para todos os Europeus, incluindo as vertentes Governança, Energias Renováveis, Eficiência Energética, Desempenho Energético dos Edifícios e Mercado da Eletricidade;

Apoio à coordenação do Plano Nacional Integrado de Energia e Clima; participação em projetos no domínio da economia circular e eficiência hídrica e nexus água energia — como gestora de projetos na Adene — Agência para a Energia (2017 — Presente);

Colaboração técnica no desenvolvimento de projetos ambientais internacionais em países em desenvolvimento — como consultora ambiental na Tese — Associação para o Desenvolvimento (2017);

Coordenação e desenvolvimento de projetos e normas de sustentabilidade ambiental corporativa; Reporte corporativo de sustentabilidade incluindo contabilização de emissões CO₂; Participação em Grupos de Trabalho Internacionais da Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento/Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável; Participação no Grupo de Trabalho do BCSO Portugal «Ação 2020/Ação 7 — Eficiência Energética» — como Especialista Ambiental Sénior na Cimpor — Departamento de Sustentabilidade Corporativo (2011-2016);

Assessoria técnica nos seguintes níveis de atuação: definição de políticas públicas ambientais e estratégias nacionais; Preparação de legislação, instrumentos de regulação e planeamento; Elaboração de relatórios e pareceres técnicos;

Preparação do quadro regulamentar do Programa Operacional de Valorização do Território do QREN 2007-2013;

Desenvolvimento e supervisão de projetos e iniciativas ambientais de âmbito nacional;

Comunicação externa e envolvimento de *stakeholders* (entidades governamentais e não-governamentais, empresas e organizações dos sectores público e privado);

Representação institucional — como Adjunta (2010/2011) e Assessora (2006/2009) do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente (2006-2011);

Consultoria e coordenação de estudos e projetos ambientais, incluindo candidaturas a quadros comunitários de apoio, com especial incidência no domínio da gestão de resíduos — como Coordenadora de Projeto na Hidroprojecto, Engenharia e Gestão, S. A. (2000-2006);

Consultoria técnica, planeamento e monitorização ambiental — como Técnica Superior de Ambiente na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (1998-2000);

Consultoria nas áreas da qualidade e gestão ambiental (NP EN ISO 9000 e 14000) — como consultora na Rinave, Consultoria e Serviços, L.^{da}, Lisboa (1996-1998).

III — Títulos e prémios:

Membro Efetivo da Ordem dos Engenheiros n.º 37925;

Melhor estágio de admissão à Ordem dos Engenheiros — Colégio de Engenharia do Ambiente — 1999.

311617055

Despacho n.º 8594/2018

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, delego na chefe do meu gabinete, a licenciada Tatiana Pereira de Matos, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos, no âmbito do meu gabinete:

a) Praticar os atos de administração ordinária relativamente às funções específicas do gabinete sobre os quais tenha havido orientação prévia e, bem assim, relativamente aos grupos de trabalho, comissões, serviços ou programas especiais que funcionem na dependência direta do gabinete;

b) Despachar os assuntos de gestão corrente, em especial os que concernem à gestão de pessoal;

c) Autorizar o pedido de libertação de créditos e pedidos de autorização de pagamentos, nos termos dos artigos 17.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua versão atual;

d) Preparar e gerir o orçamento do gabinete, incluindo a antecipação de duodécimos e a alteração das rubricas orçamentais, que se revelem necessárias à sua execução e que não careçam da intervenção do Ministro das Finanças, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de abril;

e) Autorizar a constituição, reconstituição e movimentação de fundos de maneió até ao montante máximo correspondente a um duodécimo da dotação orçamental, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua versão atual, bem como as despesas por conta do mesmo;

f) Autorizar a realização de despesas com a aquisição e locação de bens ou serviços, por conta das dotações orçamentais do gabinete, até ao limite legalmente estabelecido para os titulares de cargos de direção superior de 1.º grau, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua versão atual;

g) Autorizar o processamento de despesas cujas faturas, por motivo justificado, deem entrada nos serviços em data além do prazo regulamentar;

h) Aprovar o mapa de férias, autorizar a renúncia, bem como a acumulação das mesmas por conveniência de serviço e proceder à justificação e injustificação de faltas, relativamente ao pessoal afeto ao gabinete, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

i) Autorizar a deslocação em serviço dos membros do gabinete, no território nacional ou no estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como a emissão das correspondentes requisições de transporte, incluindo o transporte por via aérea ou a utilização de viatura própria ou de aluguer, e o processamento das despesas com deslocação e estada e o abono das correspondentes ajudas de custo, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 192/95, de 28 de julho, e 106/98, de 24 de abril, nas suas versões atuais;

j) Autorizar a atribuição dos abonos ou a realização de despesas com refeições ou ainda outras despesas de representação a que o pessoal do gabinete ou a ele afeto tenha direito, incluindo encargos com o alojamento e a alimentação contra documentos comprovativos das despesas efetuadas;

k) Autorizar a requisição de passaportes de serviço oficial, nos termos dos artigos 30.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, na sua versão atual, a favor de individualidades por mim designadas para se deslocarem ao estrangeiro e cuja despesa constitua encargo do gabinete;

l) Autorizar a inscrição e participação dos membros do gabinete em congressos, seminários, reuniões, estágios, colóquios, cursos de formação e outras ações da mesma natureza que decorram em território nacional ou no estrangeiro, incluindo o processamento dos correspondentes encargos;

m) Autorizar os membros do gabinete a conduzir veículos do Estado afetos ao gabinete, nos termos do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro;

n) Autorizar a aquisição de passes sociais ou assinaturas para utilização em transportes públicos, relativamente a deslocações em serviço oficial.

2 — Autorizo a subdelegação de competências nos membros do meu gabinete, sem a faculdade de subdelegar.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de agosto de 2018, ficando, por este meio, ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido praticados desde aquela data até à data da sua publicação.

23 de agosto de 2018. — O Secretário de Estado da Energia, *Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches*.

311607165

Despacho n.º 8595/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a licenciada Carla Alexandra Faria Brito para prestar assessoria e apoio técnico nos processos da área da sua experiência.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos secretários pessoais, incluindo o suplemento remuneratório de 10 % pago ao abrigo do n.º 5 do artigo 13.º do mesmo diploma.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 16 de agosto de 2018.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

24 de agosto de 2018. — O Secretário de Estado da Energia, *Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches*.

Nota Curricular

Carla Alexandra Faria Brito

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Gestão de Marketing, IPAM — Instituto Português de Administração e Marketing, Lisboa (Portugal) Média final de curso — 14 valores.

Experiência Profissional:

fev/2015-nov/2016 — Gestor de projeto:

Cubic Dream Houses — UK — soluções habitacionais para os mercados emergentes (África), Camberley (Reino Unido).